

Ao
Banco Central do Brasil

Ref.: Demonstrações Financeiras 31/12/2023 e 31/12/2022

Em atendimento a Resolução BCB Nº 2, de 12 de agosto de 2020, encaminhamos as Demonstrações Financeiras na data base de 31 de dezembro de 2023 e 2022, conforme segue abaixo:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstrações de resultado do exercício;
- Demonstração dos resultados abrangentes;
- Demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Notas explicativas às demonstrações financeiras;

Sem mais, subscrevemo-nos.

Henrique Souza e Silva Peretto
CPF: 151.935.858-09

Fernando Felipe Falcão
1CE027208/O-3 'T' SP

CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
com Relatório do Auditor Independente

(Em milhares de Reais)

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	4
Balanços patrimoniais.....	8
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa.....	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da administração
Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A. (“Companhia” ou “Cartos”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A CARTOS SCD S/A teve sua licença de operação autorizada pelo Banco Central do Brasil em julho de 2019. A empresa tem como estratégia a originação das carteiras de crédito para pessoa física, com crédito pessoal e consignado, público e privado, e pessoa jurídica. Também atua com serviços financeiros para o mercado de Banking as a Service, sempre alinhado com seguidos avanços em tecnologia e escala para dar sequência as diretrizes de expansão.

A estratégia e posicionamento passa por uma revisão a cada semestre, ou sempre que necessário, de acordo com as condições econômicas, legal, mercado e política de momento.

Seguindo a estratégia de expansão, atuamos na bancarização de operações de crédito, sendo a sua maioria para crédito pessoal. Para os dois próximos anos, esperamos um crescimento na atuação para pessoas físicas em crédito consignado, público e privado, e no mercado de Banking as a Service, com o crescimento de plataformas digitais de nicho a nível nacional.

Diversas ações de investimento em tecnologias seguem sendo tomadas pela Diretoria, passando por melhorias de segurança, prevenção a fraude, eficiência e sistemas de gestão de ativos de crédito, sempre com a orientação das melhores práticas de mercado.

Todas as decisões estratégicas tomadas pela Diretoria são pautadas no código de ética da instituição e são periodicamente avaliadas, em busca de agregar valor ao capital, em busca de assegurar um balanço sólido com rentabilidade consistente, dentro dos limites de risco estabelecido pela Diretoria.

A Diretoria.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e Conselho de Administração da
Cartos Sociedade de Crédito Direto S.A.
São Paulo –SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cartos Sociedade de Créditos Direto S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Obrigações por empréstimos

Conforme descrito na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2023 a Cartos SCD possuía obrigações por empréstimos com instituições financeiras no montante de R\$ 1.340 mil (R\$ 3,082 mil em 31 de dezembro de 2022). Esses recursos são utilizados para a concessão de operações de crédito aos clientes. De acordo com o artigo 3º da Resolução nº 4.656/18 do Banco Central do Brasil (“BACEN”), de 23 de abril de 2018, às entidades classificadas como sociedade de crédito direto têm por objetivo a realização de operações de crédito com utilização de recursos que tenham como única origem o capital próprio.

A Companhia formalizou junto ao Banco Central do Brasil o compromisso de liquidação das operações de crédito, nos prazos contratados com as instituições financeiras, bem como a não realização de novas operações, sendo concedido um prazo até 01 de junho de 2025 - (731 dias corridos a contar a partir de 02/06/2023), conforme acordado com a supervisão do Banco Central.

Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de junho de 2024

TRÍADE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2 SP 015090/O-5



Wilson Ramos Souza Júnior
Contador CRC 1 SP 286020

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Balço patrimonial

(Em milhares de reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		63.253	14.612	Circulante		61.212	12.061
Disponibilidades	4	1.261	839	Captação de Recursos	10	910	1.914
Títulos e Valores Mobiliários	5	1.034	911	Obrigações por Empréstimos		910	1.914
Outras Reservas Livres	10	57.751	8.292	Outros depósitos	10	57.751	8.245
				Recursos disponíveis de clientes		57.751	8.245
Operações de Crédito	6	1.047	1.026	Outras obrigações		2.551	1.902
Empréstimos Concedidos		1.145	1.036	Fiscais e previdenciárias	11	1.496	1.245
(-) Provisão s/Perdas Oper.Crédito		(98)	(10)	Diversas	12	1.055	657
Outros créditos	7	2.160	3.544	Não Circulante			
Adiantamentos diversos		383	378	Captação de Recursos	10	430	1.168
Créditos Tributários		24	3	Obrigações por Empréstimos		430	1.168
Impostos a compensar		523	1.436				
Devedores diversos		1.230	1.727				
Não Circulante		1.657	1.691	Patrimônio líquido	13	3.268	3.074
Operações de Crédito	6	695	990	Capital de domiciliados no país	13.a	3.000	3.000
Empréstimos Concedidos		695	990	Outras Reservas de Lucros		158	35
Imobilizado	8	1.422	1.008	Reserva Legal	13.b	110	39
Depreciação		(460)	(307)				
		64.910	16.303			64.910	16.303

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.
Demonstração do resultado
(Em milhares de reais)

	Notas	2° Semestre	Exercício	
		31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
Receitas da intermediação financeira	16	24.590	39.388	32.027
Operações de crédito		11.390	24.421	30.416
Rendas com prestação de serviços		11.984	13.440	1.318
Resultado de títulos e valores mobiliários		1.216	1.527	293
Despesas da intermediação financeira		(83)	(87)	46
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(83)	(87)	46
Resultado bruto da intermediação financeira		24.507	39.301	32.073
Outras receitas (Despesas) operacionais		(23.843)	(38.584)	(30.751)
Despesas de pessoal		(625)	(1.332)	(1.803)
Outras despesas administrativas	17	(21.041)	(33.476)	(25.680)
Despesas tributárias		(2.889)	(4.423)	(2.827)
Outras receitas operacionais	18	910	1.015	54
Outras despesas operacionais	19	(198)	(368)	(495)
Resultado operacional		664	717	1.322
Resultado antes da tributação sobre o lucro/Prejuízo e participações		664	717	1.322
Imposto de Renda	14.b	(34)	(39)	(15)
Contribuição Social	14.b	(21)	(23)	(10)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.a	20	21	(11)
Lucro/Prejuízo do período		629	676	1.286
Número de ações		3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro/Prejuízo por ação		R\$ 0,21	R\$ 0,23	R\$ 0,43

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**Demonstração do Resultado Abrangente****(Em milhares de reais)**

	2º Semestre	Exercício	
	2023	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/Prejuízo do exercício	629	676	1.286
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente total do semestre/exercício	629	676	1.286

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

(Em milhares de reais)

	Notas	Capital	Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros ou (Prejuízos) Acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva especial de lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2022		2.000	1.000	39	170	(178)	3.031
Outros eventos:							
Outros		1.000	(1.000)	-	(178)	178	-
Lucro do exercício		-	-	-	43	1.407	1.450
Destinação:							
Distribuição de lucros		-	-	-	-	(1.449)	(1.449)
Constituição de reservas		-	-	-	-	43	43
Saldos em 31 de dezembro de 2022		3.000	-	39	35	-	3.074
Saldos em 01 de janeiro de 2023		3.000	-	39	35	-	3.074
Outros eventos:							
Outros		-	-	44	(35)	-	9
Lucro do exercício		-	-	-	-	676	676
Destinações:							
Distribuição de lucros		-	-	-	-	(491)	(491)
Constituição de reservas		-	-	27	158	(185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.000	-	110	158	-	3.268
Saldos em 30 de junho de 2023		3.000	-	83	-	-	3.083
Outros eventos:							
Lucro do primeiro semestre		-	-	-	-	47	47
Lucro do segundo semestre		-	-	-	-	629	629
Destinações:							
Distribuição de lucros		-	-	-	-	(491)	(491)
Constituição de reservas		-	-	27	158	(185)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		3.000	-	110	158	-	3.268

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

CARTOS SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**

(Em milhares de reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2023	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	815	950	1.638
Lucro/Prejuízo líquido	629	676	1.286
Ajustes:			
Depreciação	80	146	382
IRPJ/CSLL	55	62	25
Ajuste de avaliação patrimonial	(21)	(21)	11
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	84	87	(46)
Outros	(12)	-	(20)
(Aumento) Diminuição nos subgrupos do ativos operacionais	(51.278)	(48.033)	(5.629)
Títulos e valores mobiliários	(594)	(123)	1.971
Operações de crédito	484	186	1.790
Outros depósitos	(51.747)	(49.459)	(7.754)
Outros créditos	579	1.363	(1.636)
Aumento (Diminuição) nos subgrupos do passivos operacionais	52.633	50.155	6.656
Outros depósitos	51.747	49.506	7.707
Outras obrigações	886	649	(1.051)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	2.170	3.072	2.665
Aquisição de ativo imobilizado	(239)	(417)	441
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(239)	(417)	441
Dividendos distribuídos	(491)	(491)	(1.449)
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(783)	(1.742)	(1.075)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(1.274)	(2.233)	(2.524)
Redução em equivalentes de caixa	657	422	582
Equivalentes de caixa			
No início do período/semestre	604	839	257
No final do período/semestre	1.261	1.261	839
Aumento em equivalentes de caixa	657	422	582
As notas explicativas integram as demonstrações contábeis			

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A **CARTOS SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** ("**Cartos SCD**"), CNPJ no 21.332.862/0001-91, iniciou suas atividades no ano de 2014, tendo seu endereço atual de registro e funcionamento da sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1355, 12º andar, conj. 1202, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, estado do São Paulo.

A Cartos SCD tem como objetivo principal a concessão de crédito consignado público e privado, crédito pessoal e operações estruturadas para empresas comerciais, indústrias e agronegócio. Também atua com serviços financeiros como conta digital, pagamentos instantâneos (PIX), transferência eletrônica disponível (TED) e a emissão e pagamento de boletos.

A Cartos Sociedade de Crédito teve sua autorização emitida pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho de 2019, autorização para atuar como instituição financeira, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições financeiras que lhe for cabível, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

Em 23/02/2017 o Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil (BACEN), tornou público a Resolução Nº 4.557. A Resolução dispõe sobre os requerimentos adicionais a serem aplicados à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital, das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. A regulamentação segmenta as instituições em cinco níveis (S1 a S5) que são classificadas conforme o seu porte e grau de importância sistêmica para o mercado financeiro brasileiro. A Cartos SCD é classificada como "S5".

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outro modo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

Em 1º janeiro de 2021, entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que dispõe sobre os procedimentos para a elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas.

Após análises realizadas, não identificamos efeitos significativos na adoção desta norma nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, ao valor justo de instrumentos financeiros e de pagamento baseado em ações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a 14 imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 3 de junho de 2024.

Moeda Funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3 Principais políticas contábeis**a. Apuração do resultado:**

A **Cartos SCD** reconhece as receitas e despesas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para a apropriação da receita de natureza financeira. Para as receitas e despesas com natureza financeira, é considerado como base método exponencial, exceto para aquelas que são relativas a títulos descontados, que são utilizados como base o método linear.

b. Disponibilidades:

As disponibilidades são caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 4.818/20 e alterações subsequentes que, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

São registradas as aplicações ao custo de aquisição, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data de elaboração das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. Instrumentos financeiros:

De acordo com a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, a Administração poderá classificar os títulos e valores mobiliários que fazem parte da carteira considerando três categorias distintas, tais quais:

(i) Títulos para negociação: os títulos classificados como para negociação são apresentados no ativo circulante, sem levar em consideração os seus vencimentos. Compreende os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Sua avaliação é feita a valor de mercado, sendo o seu resultado a diferença da valorização ou desvalorização registrado no resultado.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento: são títulos adquiridos pelo banco que serão mantidos em carteira até o vencimento. Eles são avaliados pelo custo de aquisição, sendo acrescidos dos rendimentos no período. Caso seja constatado perdas permanentes, estes são computados diretamente no resultado.

(iii) Títulos disponíveis para venda: são compreendidos como títulos que não serão negociados com determinada frequência, ou mesmo adquiridos para investimentos. Sua finalidade é para reservas de liquidez, garantias ou mesmo proteção contra riscos. Os seus rendimentos registrados de acordo com as taxas de aquisição, ou mesmo suas possíveis perdas permanentes são registradas no resultado. Sua avaliação é por marcação a mercado, sendo a sua valorização ou desvalorização, lançados em conta do patrimônio líquido, já considerando os efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado no momento de sua realização.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía títulos classificados nas categorias descritas nos itens (ii) e (iii) e 2022 nos itens (i), (ii) e (iii). O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução do CMN nº 4.277/13 e alterações.

A **Cartos SCD** desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a **Cartos SCD** transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Cartos SCD em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separadamente.

e. Operações de crédito e provisões para crédito de liquidação duvidosa

A **Cartos SCD** reconhece as operações de crédito e os seus demais recebíveis inicialmente na data em que foram originados. As operações são classificadas de acordo com seu nível de risco, levando em consideração o julgamento da Administração, sempre observando os parâmetros estabelecidos na Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil de 21 de dezembro 1999, que requer uma análise periódica da carteira de crédito e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (sem risco) e “H” (perda). As rendas geradas com operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, são reconhecidas como receita, quando do seu efetivo recebimento, independentemente de seu nível de risco. As operações classificadas como nível “H” ficam neste nível pelo prazo de seis meses, contados a partir de sua transferência para este nível de risco, sendo posteriormente baixadas contra a provisão existente. Seu controle é feito por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não fazendo parte da carteira de créditos do balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f. Imobilizado e intangível:

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, tais como:

- Custo de materiais e mão de obra direta. Quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para colocar os ativos no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos

g. Passivos financeiros não derivativos:

A **Cartos SCD** reconhece inicialmente os títulos de dívida emitidos e passivos subordinados na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Cartos SCD se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A **Cartos SCD** desconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

h. Capital Social

A sociedade é formada por quotas de capital, com valor nominal de R\$ 1,00 e é composta e mensurada pelo valor histórico das subscrições realizadas pelos sócios-quotistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Redução ao valor recuperável (impairment)

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Cartos SCD em condições as quais esta não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Para as operações com créditos adquiridos a Cartos SCD identifica os clientes que apresentam evidências de perdas na expectativa de recebimento e atribui um percentual de provisionamento para eventuais perdas.

j. Resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

k. Ativos e passivos contingentes

As provisões judiciais são avaliadas de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

- Provisões trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.
- Provisões cíveis - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos.

l. Imposto de renda e contribuição social

A Cartos SCD está sob o regime tributário de lucro real, e se sujeita ao imposto de renda à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real que exceder a R\$ 240.000 anuais. Do mesmo modo, se sujeita à contribuição social na alíquota de 9% sobre o lucro contábil, ajustado conforme a legislação vigente.

m. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras intermediárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos, quando aplicável, somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias e prejuízos fiscais possam ser usados.

De acordo com a legislação tributária brasileira, o prejuízo fiscal pode ser utilizado para compensar até 30% do lucro tributável do período e não expira.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, em geral relacionado com a mesma autoridade fiscal.

n. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Companhia e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não houve resultado classificado como não recorrente.

o. Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura

- Resolução BCB nº120: Estabelece os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis, com entrada em vigor a partir de 01.01.2022. Entre seus principais impactos, destacam-se: a) adoção dos pronunciamentos contábeis CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente; e b) faculdade da utilização de taxa de câmbio à vista diferente de taxa informada pelo BACEN, não adotada pela Companhia neste momento. A Cartos SCD não espera efeitos em sua posição patrimonial e de resultado por conta da nova norma.

- Resolução CMN nº 4.966/21: Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), substitui entre outras normas a Resolução CMN nº 2.682/99, a Circular BACEN nº 3.068/01 e a Circular BACEN nº 3.833/17. A Companhia está planejando a implementação de controles e processos, para atender toda exigência regulatória do mercado financeiro, tendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

- Resolução BCB nº 17/22: Aprova o CPC 06 – Arrendamentos (R2), que traz o conceito de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento. Com base nesta definição, as operações de arrendamento mercantil operacional devem ser reconhecidas no balanço do arrendatário como um ativo de direito de uso em contrapartida a um passivo de arrendamento. A norma é uma das medidas de convergência do BACEN aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS), com entrada em vigor em 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera ter impactos relevantes em sua demonstração financeira com a adoção desta norma.

- Instrução Normativa BCB nº 343/23: Cria e altera rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) a partir da data base julho de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4 Disponibilidades

Refere-se a disponibilidades em conta corrente da Cartos SCD S.A

	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	1.261	839
Total	1.261	839

5 Títulos e Valores Mobiliários

Estão representados por aplicações com quotas de fundos de investimento, com liquidez, e totalizaram R\$1.034 (R\$911 em 31.12.2022).

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor de custo	Valor mercado/ contábil	Valor de custo	Valor mercado/ contábil
Carteira própria	1.034	1.034	911	911
Títulos disponíveis para venda	1.034	1.034	911	911

6 Operações de Crédito

Estão representados por operações de crédito sob a forma de empréstimos, que totalizaram R\$1.840 (R\$ 2.026 em 31.12.2022). Não tivemos para a data base operações renegociadas.

Classificação das Operações de Crédito:

CLASSIFICAÇÃO DA CARTEIRA POR NÍVEIS DE RISCO

Níveis	situação	31/12/2023		31/12/2022	
		operações	provisão	operações	provisão
NÍVEL A	em dia	1.464	(7)	1.954	(10)
NÍVEL B	atrasos até 30 dias	141	(2)	72	-
NÍVEL C	Vencidos de 31 a 60 dias	81	(3)	-	-
NÍVEL D	atrasos de 61 a 90 dias	22	(2)	-	-
NÍVEL E	atrasos de 91 a 120 dias	24	(7)	-	-
NÍVEL F	Vencidos de 121 a 150 dias	-	-	-	-
NÍVEL G	atrasos de 151 a 180 dias	103	(72)	-	-
NÍVEL H	atrasos de 181 a 360 dias	5	(5)	-	-
		1.840	(98)	2.026	(10)

Na data-base houve constituição de provisão s/ perdas de operações de crédito, e que representa a melhor estimativa da Administração para perdas com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$98(R\$10 em 31.12.2022).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação PDD 31.12.2023

Saldo Inicial	Constituição	Reversão	Baixas	Saldo final
(10)	(91)	3	-	(98)

7 Outros Créditos

	30/06/2023	31/12/2022
Outros Créditos	2.160	3.544
Adiantamentos Diversos	383	378
Créditos Tributários	24	3
Impostos a Compensar	523	1.436
Pagamentos em Duplicidades a recuperar	150	93
Contas a Receber – Intercompany (i)	559	1.625
Devedores diversos	521	9

- (i) OS saldos se referem a despesas intercompanys incorridas no exercício a ser recebidas pela Cartos SCD(vide nota 19).

8 Imobilizado de Uso

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso uma taxa de 10%, sistemas de processamento de dados e computadores e periféricos a uma taxa de 20%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2022			31/12/2023
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	39	98	(2)	136
Sistema de Processamento de Dados (i)	969	318	-	1.286
Total	1.008	416	(2)	1.422

- (i) Refere-se ao desenvolvimento de soluções internas de Software para atender os novos produtos de Banking as a Service, bem como para melhorias dos sistemas em segurança, prevenção a fraude e eficiência

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**9 Obrigações por empréstimos**

A **CartosSCD** realizou a contratação de cédulas de crédito bancário com as seguintes características:

Contrato	Data da contratação	Valor Contratado	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022	Encargos	Prazo de liquidação (em meses)
0264/20	03/09/2020	4.300	-	1.290	14,8433% juros a. a	36 meses
CG BRAD	16/10/2023	500	150	-	16,7652% juros a. a	3 meses
9730/22	13/05/2022	2.000	1.190	1.792	22,42% juros a. a	36 meses
Total		6.800	1.340	3.082		

Os créditos foram contratados para fins de financiamento de capital de giro e aquisição de ativo imobilizado, e são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado.

Conforme apontamento 6639, em 15/06/2023 a Cartos SCD firmou um compromisso junto ao Banco Central do Brasil para liquidação de todas as obrigações com empréstimos até a data de sua liquidação em 01/06/2025.

10 Outras Reservas/Depósitos

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 os depósitos estão representados por saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas de clientes, que se constituem patrimônio separado, que não se confunde como da instituição de pagamento, conforme art. 12 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013.

a. Outras Reservas

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Outras Reservas	57.751	8.292
Outras reservas	57.751	8.292

b. Depósitos

Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos	57.751	8.245
Depósitos	57.751	8.245

No ano de 2023, comparado ao ano de 2022 a Cartos SCD aumentou significativamente a sua base de clientes em contas de moeda eletrônica e isso ocorreu devido as novas parcerias de negócios com foco da empresa na estratégia na originação das carteiras de crédito para pessoa física, com crédito pessoal e consignado, público e privado, e pessoa jurídica em diversos segmentos, com isso foi possível ter acesso a serviços como empréstimos, aumento expressivo em contas digitais, entre outros. Isso é possível graças ao Banking as a Service (BaaS), uma tecnologia que permite que organizações de diversos segmentos ofereçam esses produtos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O BaaS desempenha um papel fundamental ao impulsionar os negócios das Instituições Financeiras, permitindo que empresas de diferentes setores ofereçam serviços financeiros, como contas digitais e concessão de crédito, tanto para seus clientes quanto para seus colaboradores.

11 Obrigações Fiscais e Previdenciárias

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	1.496	1.245
IOF a recolher	563	913
Provisão IRPJ e CSLL	155	25
Impostos retidos s/ serviços de terceiros	159	16
Impostos s/ folha de pagamento	4	34
Pis/Cofins/ISS	615	257

12 Diversos

	31/12/2023	31/12/2022
Diversas	1.055	657
Dividendos	-	14
Despesas de Pessoal	12	23
Fornecedores	324	162
Contas a pagar intercompany(i)	334	111
Créditos de terceiros	189	189
Outras - transitórias operações(ii)	196	158

(i) Os saldos se referem a despesas intercompanys incorridas no exercício a ser recebidas pela Cartos SCD (vide nota 19).

(ii) São referentes a cessões a liberar, não apresentadas no período. Os créditos foram reapresentados no período subsequente.

13 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social é de R\$3.000.000,00(três milhões de Reais) composto por 3.000.000 (três milhões) de ações, ao valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscrito e integralizado até a data do balanço.

b. Reserva de lucros**Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**c. Aumento de Capital – Capital a Integralizar**

Em 29 de Novembro de 2021 foi solicitado junto ao Banco Central do Brasil o aumento do Capital no montante de R\$ 1.000.000,00. A Sociedade obteve sua aprovação em 02 de março de 2022, através do Ofício nº4949/2022-BCB/Deorf/GTSP2, aumentando o capital social da Cartos SCD para o montante de R\$3.000.000 (três milhões de Reais), conforme publicado no Diário Oficial - Seção 3 Página 142 em 04 de março de 2022, e descrito em eventos subsequentes nestas demonstrações financeiras.

O respectivo aumento de capital - (capital a integralizar), foi realizado em sua totalidade pelos sócios da Companhia.

d. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido anual, ajustados nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

14 Imposto de renda e contribuição social**a. Impostos Diferidos - Créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias**

A **Cartos SCD** possui direitos sobre despesas temporariamente indedutíveis sobre a provisão para devedores duvidosos, cuja perda definitiva ainda não reuniu as condições de dedutibilidade permitida pelas regras do imposto de renda, tendo constituído créditos tributários de diferenças temporárias, cujo valor totalizam R\$21(R\$11 em 31.12.2022). No referido período não foram constituídos créditos tributários provenientes de prejuízo fiscal.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de PCLD	(98)	(10)
IRPJ Diferido (15%)	13	(7)
CSLL Diferido (9%)	8	(4)
Total	21	(11)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Impostos Correntes

A composição dos impostos correntes é a seguinte:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	366	366	(1.432)	(1.432)
Adições	89	89	3	3
Exclusões	(127)	(127)	(668)	(668)
Compensação de Prejuízos	(98)	(98)		
Base tributária	230	230	(767)	(767)
Alíquota IRPJ (15%) - CSLL (9%)	34	21	115	69
Alíquota IRPJ (10%)	-	-	62	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	34	21	178	69

15 Provisão para contingências

A Administração não identificou montantes a serem provisionados ou divulgados de contingências com processos judiciais. Essa informação foi obtida com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), aprovado também pela Resolução nº 3.823/09 do Conselho Monetário Nacional, que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança. Logo, para o período não possuímos processos com prognóstico de perda provável e/ou possível.

16 Receitas da Intermediação Financeira

As receitas de operações de crédito estão representadas, substancialmente, pelo reconhecimento dos juros aplicados sobre as operações de crédito concedidas pela **Cartos SCD**.

As receitas com títulos e valores mobiliários também fazem parte das receitas de intermediação financeira as rendas decorrentes da aplicação de recursos disponíveis, reconhecendo no período os juros incorridos.

Por fim, as receitas de prestação de serviços, estão representadas pelas tarifas cobradas de seus clientes nas operações realizadas no ano.

	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de intermediação financeira	24.590	39.388	32.027
Operações de crédito	11.390	24.421	30.416
Rendas com prestação de serviços	11.984	13.440	1.318
Resultado de títulos e valores mobiliários	1.216	1.527	293

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17 Outras despesas Administrativas

	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Outras despesas administrativas	(21.041)	(33.476)	(25.680)
Despesas de aluguéis	(251)	(649)	(481)
Despesas de comunicação	(33)	(51)	(65)
Despesas manutenção e conservação de bens	(69)	(192)	(170)
Despesas de material	(22)	(24)	(4)
Despesas de processamento de dados	(1.821)	(2.717)	(1.290)
Despesas de Publicidade	(155)	(237)	(162)
Despesas de seguros	(2)	(4)	(1)
Despesas serv. sistema financeiro	(388)	(674)	(773)
Despesas de serviços de terceiros	(17.689)	(27.676)	(21.922)
Despesas serv. técnicos especializados	(112)	(283)	(336)
Despesas de transportes	(9)	(12)	(9)
Despesas de viagens no país	(251)	(259)	(25)
Outras despesas administrativas	(239)	(698)	(442)

Com o aumento expressivo das receitas com prestação de serviço no exercício de 2023 observados na nota explicativa de n.º 16, é justificado a despesa da **Cartos SCD** apresentar também uma variação relevante, tendo em vista que a Instituição investiu em 2023 seus recursos em novas tecnologias e prestadores de serviço com expertises necessárias para acompanhar essa evolução da Companhia.

18 Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas operacionais	910	1.015	54
Outras rendas de operações de Crédito	910	1.001	8
Recuperação de Prejuízos (i)	-	14	46

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízos no montante de R\$14 (R\$46 em 31 de dezembro de 2022).

19 Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre 2023	31/12/2023	31/12/2022
Outras despesas operacionais	(198)	(368)	(495)
Despesas de depreciação	(79)	(146)	(382)
Desconto operações de crédito	(7)	(18)	(25)
Despesas com operações de crédito	(112)	(201)	(82)
Outras despesas operacionais	-	(3)	(6)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**20 Outras informações**

- a. **Partes relacionadas:** As operações com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações assumidas no período entre empresas do Grupo Econômico. As transações são referentes a recebimentos de recursos a transferir as partes relacionadas, como agente de cobrança, e ou, recursos transferidos/recebidos de forma indevida, bem como reembolsos de despesa por Centro de Serviços Compartilhados. As transações não constituem captação de recurso.

Partes relacionadas	31/12/2023	31/12/2022
	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Cartos Fintech Meios de Pagamento S. A	3 -	427 (6)
Cartos Securitizadora de Créditos S. A	24 (334)	37 (106)
Cartos Meios de Pagamento, Consult. E Part. S. A	3 -	6 -
Cartos Consultoria em Negócios e Finanças LTDA	3 -	6 -

21 Estrutura de gerenciamento de riscos

A **Cartos SCD** pauta sua atuação no gerenciamento de riscos, nas orientações e princípios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, que dissemina padrões mínimos a serem observados nos processos de gerenciamento de riscos e do estabelecimento das necessidades de capital das instituições financeiras.

Para a gestão de risco, a **Cartos SCD** mantém uma estrutura de comitê composto pelos principais executivos da sociedade.

A governança corporativa da **Cartos SCD**, no que diz respeito ao gerenciamento de risco tem seu principal pilar na segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle. Os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação de um novo produto, e a independência de informação destas mesmas áreas com o processo operacionalizado. Esta independência de informações busca garantir um fluxo de controle menos sensível ao risco operacional e evita situações em que possam existir conflitos de interesses.

Os processos de gestão de riscos da **Cartos SCD**, conta com as seguintes frentes de atuação para os riscos de mercado, crédito, liquidez, capital, operacional, conformidade e controles internos as quais estão sujeitas a instituição:

A gestão de risco das operações é efetuada por meio de controles internos baseados em políticas internas e equipes independentes das áreas de negócio do Grupo. Estas áreas monitoram os riscos inerentes às operações e/ou processos, que são periodicamente submetidos a revisões, com o objetivo de manter-se alinhados às melhores práticas de mercado e aderentes aos princípios de melhoria contínua. Tais estruturas de gerenciamento podem ser assim resumidas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Risco de Mercado

Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira da instituição. Gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado da **Cartos SCD** tem como base a Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

A **Cartos SCD** não tem posições em seus ativos ou passivos, sujeitas a oscilações significativas de mercado, uma vez que ativos e passivos estão, normalmente, sujeitos aos mesmos indexadores.

b. Risco de Crédito e Contraparte

A **Cartos SCD**, em linha com as melhores práticas de mercado e as recomendações do Regulador, optou pela constituição de uma equipe independente para exercer o controle do Risco de Crédito, resguardando-se de potenciais conflitos de interesse durante a execução destas atividades.

O Risco de Crédito consiste na possibilidade de ocorrências de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco tomador, a redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O papel da **Cartos SCD** na gestão de crédito é buscar oportunidades com adequado risco versus retorno em qualquer ativo ou contraparte. É papel da **Cartos SCD** realizar o monitoramento (analisar, aprovar, definir limites e regras de acompanhamento) periódico das carteiras e recomendar a concessão de créditos de acordo com a política interna.

A análise e aprovação de cada tomador, contraparte e em alguns casos da operação ou do ativo de crédito é feita pelo **Comitê**.

O processo utilizado pelo comitê consiste na realização de análise de indicadores financeiros do devedor, da governança da empresa e da estrutura do crédito, que é feita através de materiais da emissão e demais informações disponíveis ou necessárias. Na análise final o crédito é aprovado ou reprovado no comitê.

Em relação ao Risco de Contraparte, a **Cartos SCD** busca negociar prioritariamente ativos com bom histórico de liquidez. Os clientes são selecionados com base em critérios qualitativos, tanto no que tange a qualidade das informações, quanto pela robustez da instituição.

c. Riscos de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, assim como a possibilidade de a instituição não conseguir negociar ao preço de mercado uma posição devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na **Cartos SCD**, o Risco de Liquidez consiste na possibilidade de restrição da demanda pelos ativos integrantes da sua carteira. Assim, o risco de liquidez é avaliado pela capacidade de liquidar um ativo ou portfólio, e pelo impacto nos preços de mercado decorrentes da liquidação dele. Além disso, deve-se avaliar a capacidade de gerar recursos para o cumprimento das obrigações decorrentes dos passivos. Assim, os riscos de liquidez são separados em:

- **Risco de Liquidez de Fluxo de Caixa:** refere-se ao perfil de descasamento do passivo e ativo de um fundo;
- **Risco de Liquidez de Mercado:** é o risco de incorrer em perdas ao liquidar uma ou mais posições devido a variações dos preços dos ativos. Quanto maior for o prazo necessário para liquidar uma posição, maior o seu risco.

d. Risco de capital

A Companhia possui estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Resolução do CMN nº 4.606/17. A Companhia está enquadrada no Segmento S5 e na metodologia simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PRS5), mantendo patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN

e. Riscos Operacionais

Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Inclui-se nos eventos de risco operacional:

- Fraudes internas e externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades da instituição;
- Danos a ativos físicos próprios ou de uso pela instituição;
- Aqueles que acarretam interrupção de atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação; e
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

A **Cartos SCD** busca investir em desenvolvimento de sistemas e controles internos, visando limitar a ocorrência de falhas nos processos que possam gerar perdas para a empresa, mitigando assim, os Riscos Operacionais.

Rotinas de backup de sistemas, ferramentas e base de dados são realizadas diariamente pela área de TI para garantir a recuperação de dados de forma rápida e precisa das informações e ferramentas de uso por parte da gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Diretoria tem como função assegurar o cumprimento das Regras, Políticas e Procedimentos Internos, assim como adequação dos procedimentos internos as leis e regulamentação aplicáveis pelo, Banco Central do Brasil e demais órgãos ou entidade de autorregulação. Tem a responsabilidade de divulgar e treinar continuamente os colaboradores para garantir a adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da Cartos SCD a constante avaliação e revisão dos procedimentos internos a fim de minimizar preventivamente eventuais riscos operacionais, potenciais situação de conflitos de interesse, falhas de segurança, o uso inadequado de autoridade e qualquer outro descumprimento ao Código de Ética e de Conduta e demais Políticas Internas.

f. Risco de Conformidade

Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão e, quando aplicável, aos códigos de ética e de conduta. Ainda, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente. O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da SCD nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF") e Circular BACEN nº 3.978/20.

g. Risco de Controles Internos

O time de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia. As principais atividades da área de controles internos são:

- Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para monitorar e mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos;
- Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não identificados;
- Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados por auditorias; e
- Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados.

22 Limite operacional

A Cartos SCD é optante pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado (PRS5) disciplinada pela Resolução CMN nº 4.606/17. Na data-base 30 de junho de 2023, a Cartos SCD apresentou um Patrimônio de Referência de R\$ 2.396.872,07 e o montante de seus ativos, devidamente ponderados pelo risco 29 ("RWA"), era de R\$ 10.076.829,11 na forma simplificada (RWAs5) da Resolução nº CMN 4.606/17. Para instituições enquadradas no PRS5, o requerimento mínimo de capital exigido pelo art. 12, § 3º da Resolução CMN nº 4.606/17 é de 16,25%, o equivalente a R\$ 1.713.060,95. A Cartos SCD encontra-se em conformidade com as normas e instruções emanadas pelo Banco Central do Brasil no que se refere à metodologia simplificada, mantendo PRS5 em valor superior ao requerimento mínimo (16,25%).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23 Eventos Subsequentes**Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária**

- Em 8 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com sua área jurídica os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Envio de correspondência ao Banco Central para autorização de Diretor Eleito

- Em 20 de fevereiro de 2024 a Cartos SCD protocolou junto ao BCB a declaração e autorização de Diretor eleito em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de janeiro de 2024, observando os requisitos do artigo 3º, parágrafo 4º da Instrução Normativa BCB nº 77, de 11 de fevereiro de 2021, em conformidade com estabelecido no artigo 3º, inciso V, da Resolução CMN nº 4.970, de 2021 e o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa BCB nº 299, de 2022. Conforme ofício 2890/2024-BCB/Deorf/GTSP2 recebido pelo Bacen em 25 de fevereiro de 2024 foi autorizado a posse e o exercício do Diretor eleito.

Aumento de capital

- Em 13 de março de 2024 a Cartos SCD protocolou junto ao BCB, em conformidade com o estabelecido no artigo 3º, inciso VI, da Resolução CMN nº 4.920, de 2021, requerimento ao Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf), autorização para aumento do capital social de R\$ 3.000 mil (três milhões de Reais) para R\$ 4.000 mil (quatro milhões de Reais), um aumento portanto de R\$ 1.000 (um milhão de Reais), além de alterações no estatuto social.

Não ocorreram outros eventos subsequentes, após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.